



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638419 - PR (2021/0000756-4)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA
ADVOGADO : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA - PR046769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ADRIANO BACH (PRESO)
CORRÉU : GILMAR ALEONCO PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ADRIANO BACH em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Revisão Criminal n. 0016526-26.2020.8.16.0000).

O paciente foi condenado à pena de 11 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, pelo cometimento do crime tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal.

O impetrante sustenta que "a pena-base ficou em 14 anos e 6 meses de reclusão ao passo que deveria ser aumentada em 1/8, de 12 anos passando a 13 anos e 6 meses e não como foi fixada. O princípio da proporcionalidade tem por fundamento a aplicação em cada caso, o que lhe é de direito e justo. O princípio da proporcionalidade é um princípio implícito, que não se encontra expresso na Carta Magna, cuja atuação consiste em limitar a atuação do Poder Público frente aos direitos fundamentais do indivíduo. Como bem assinala BITENCOURT: o princípio da proporcionalidade é uma consagração do constitucionalismo moderno."

Requer, liminarmente e no mérito, a revisão da dosimetria da pena, aplicando ao caso o princípio da proporcionalidade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente